



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 81.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1.079

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Palácios e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escor-sin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpeli-ni, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Ca-margo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Re-nato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência da número legal, o Senhor Pre-sidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, REQUER, seja enviado expediente às diretorias das Empresas de Trans-portes Aéreos Regionais S/A - TRANSBRASIL S/A e Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S/A., para que coloquem linhas entre a Cidade de Paranavaí e as Cidades de Curitiba e São Paulo.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1.979.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Paranavaí é um polo da região Noroeste do Estado, onde muitos moradores servem-se do transporte aero-viário.

Hoje, quem deseja ir a Curitiba ou São Paulo necessita deslocar-se para Maringá, ou que, evidentemente, representa perda de tempo e consumo de combustível.

Este pedido não é apenas nosso, mas das lideranças locais e, em particular, da Câmara Municipal de Paranavaí que aprovou requerimento neste sentido, por proposta do Vereador Abílio Nagibe Neme, que numa ampla justificativa demonstra a necessidade e utilidade daquelas duas rotas. Cremos que este nosso apelo merecerá aprovação desta Casa

e da deliberação seja enviado expediente às diretorias daquelas empresas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-ções regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentís-simo Senhor Gilberto Geraldo Garbi, digníssimo Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, solicitando a instalação de MONO CANAL TELEFÔNICO na localidade de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Conta atualmente o Distrito de Bela Vista do Ivaí, com aproximadamente 2.000 habitantes, sendo que, na sua maio-ria, pessoas sem condições econômicas de se locomoverem do distrito até a sede do município para se utilizarem dos ser-viços de telecomunicações fornecidos pela TELEPAR.

É também, um distrito em franco desenvolvimento, pois trata-se de grande produtor agrícola e que realmente necessita do benefício ora solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, depois de ouvido o douto Plenário, que se digne enviar expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando do mesmo a pavimentação asfáltica da estrada intermunicipal que liga o Município de Florestópolis ao Distrito de Santa Margarida, Município de Bela Vista do Paraíso, estrada essa que passa pela Água do Rio Porã.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pelo fato de os Muni-cípios de Florestópolis e Bela Vista do Paraíso não se ligarem por vias de asfalto, diretamente.

Para que isso ocorra, tem-se que passar por Porecatu e Alvorada do Sul.

Trata-se de um trecho relativamente curto e uma região muito rica em produção de café, soja e trigo.

Essa estrada viria, também, facilitar a ligação rodoviária com o Estado de São Paulo, de uma vez que, ao invés de ter que passar por Alvorada do Sul e posteriormente Porecatu, simplesmente teria que ir até Florestópolis e dali seguir através a Rodovia "João Lunardelli" e até o Porto Capim, divisa entre os dois Estados.

A sua construção trará uma diminuição muito grande de distância e conseqüentemente maior desenvolvimento a toda região.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 115/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Congonhinhas, o Rolo Compressor Tipo Tanden 2 rd., Marca Müller, Modelo RT-2, Ano 1.962, Chassis

6114-195B, com todos os seus pertences, que atualmente presta serviços àquele município.

Art. 2.^o -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1979.

(a) GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

Tendo-se em vista o alto custo de equipamentos rodoviários e a dificuldade financeira porque passam os municípios, nada mais justo do que se proceder essa doação.

O rolo compressor que ora se pretende seja doado ao Município de Congonhinhas, vem prestando inestimáveis serviços no asfaltamento de ruas e estradas municipais, e, se faz necessária a sua permanência por motivos imperiosos, tais como, reparos e manutenção na parte já concluída e novas pavimentações a serem feitas, conforme programa da Prefeitura para futuras obras.

A máquina acima qualificada, faz parte da Divisão de Equipamentos do Setor Patrimonial do D.E.R.-22.

Em faces de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "A Nação estarecida, tomou conhecimento através da imprensa, que deu ampla cobertura a uma cogitação, de nível ministerial e a ser proposta ao Conselho Nacional de Energia, dispondo que não mais seriam licenciados veículos automotores com mais de dez anos de uso.

Rico País, o nosso, em que a sucata se fabrica por lei.

Um objeto torna-se imprestável não pelo desgaste do uso, mas pelo tempo de fabricação.

Onde se presume oneroso é exatamente o que há de mais econômico: o automóvel das pessoas de menor faixa de renda - e, portanto, de ano de fabricação mais antigo - usado certamente à parcimônia, e com sacrifício, porque são estas as pessoas que não podem, realmente, abusar de um veículo que lhes consome o orçamento através do confiscatório custo de combustível. Por vários motivos, pasma que houvesse sequer tal cogitação.

Em primeiro lugar, pelo abuso que consistiria contra o direito de propriedade de cada cidadão, eis que um bem valioso, seria subitamente declarado imprestável por decreto e pela desvalorização rápida e progressiva de qualquer veículo, que mês a mês decairia de valor, embora sua qualidade intrínseca, como bem de consumo presumivelmente durável, permanecesse a mesma.

Rico País o nosso, porque enquanto na Suécia as associações de consumidores e o Governo lutam contra a indústria para que produza carros cada vez mais duráveis, como fórmula de enriquecimento do consumidor e da Nação, pensa-se em decretar como sucata, aqui, algo que foi pago com dinheiro conquistado no trabalho do brasileiro, custou mão-de-obra de trabalhadores brasileiros na siderurgia e na indústria automobilística, como se esse esforço não participasse como componente da riqueza nacional.

Para que se tenha idéia do pensamento sobre durabilidade de automóveis em países mais evoluídos. Exige o Governo sueco, pressionado pelas entidades de defesa ao consumidor, que os automóveis sejam imunes ao surgimento de ferrugem pelo menos durante TREZE anos. E isto num País onde usa-se sal para derreter a neve em ruas e rodovias.

Dissemos há poucos dias - comentando a majoração brutal da Taxa Rodoviária Única - que se está colocando o automobilista na posição de marginal, fazendo-se dele o bode

espiatório da crise dos combustíveis líquidos, quando, na verdade, ele é a vítima indefesa da inação da tecnocracia dirigente, da Petrobrás, ante uma situação de crise descoberta com seis anos de atraso.

Faço estas considerações somando a voz dos eleitores que represento em protesto veemente que ressoa em todo o País contra a absurda hipótese, chocante e festiva assolação, requerendo à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhada cópia do presente pronunciamento a Sua Excelência o Senhor Ministro das Minas e Energia, Sr. César Cals, a quem atribuiu nossa imprensa a cogitação de tão grotesca agressão à inteligência do consumidor brasileiro, apelando para que não perpetre tal proposição."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para se conhecer a realidade brasileira hoje, acredito que seja desnecessário existir neste País um governo voador.

Um Governo que se preocupa com coisas banais, elementares, vista e sentida por toda a Nação brasileira, e precisa deixar as coisas fundamentais para a solução dos grandes problemas nacionais, para saber porque o chuchu está caro, porque a cenoura está cara e porque o rabanete subiu de preço.

Nós vivemos num País em que as autoridades responsáveis pela administração, não procuram buscar, nos seus atos, as posições fundamentais condizentes com a necessidade do desenvolvimento. Procuram resolver o problema do custo de vida com medidas que, na verdade, só vem agravá-lo.

Procuram, na incapacidade administrativa, solucionar o problema através de programas de televisão, rádio e jornais, aparecendo os homens responsáveis pela administração pública, desde a Presidência da República até os escalões inferiores, em rádio e televisão, dando e vendendo imagem das suas figuras no sentido de tornar bonitas e agradáveis aos olhos do povo.

Vimos antes, um Governo que recebia jogadores de futebol e chorava, víamos depois, um Governo que se posicionava com austeridade jamais vista e vimos agora, um homem preocupado e, já de início, mandando ser televisionado ajoelhado numa Igreja, para dizer que era um católico praticante.

Entretanto, meus Senhores, o povo está marginalizado, o povo está fora do progresso, fora das decisões que possam resolver esta situação de angústia em que vivemos. Angústia não só na mesa, mas angústia até da privação da liberdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, medidas estão sendo tomadas de uma forma que até nos arrepia. Nós vimos, há pouco, o Líder da bancada governista endereçar críticas ao Ministro das Minas e Energia, e às autoridades responsáveis pela economia desta Nação, somando-se a críticas veementes que vêm sendo formuladas pelos homens do MDB. Porque, o Sr. Ministro de Minas e Energia, desconhecendo a realidade brasileira, desconhecendo que este País está incluído entre os países subdesenvolvidos...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem um minuto para concluir.

O SR. LINEU TURRA -- Pois não, Sr. Presidente. Acaba de tomar uma medida que nós consideramos luxuosa, que só serve para ele. Ou serve para os homens que vivem numa situação nababesca iguais a ele; mas o povo brasileiro, aquele que não pode comprar um carro de maior valor, um carro de último tipo, tem que se contentar em andar com os seus carros já adquiridos, inclusive, há dez anos anteriores.

É retirar o direito do cidadão, é como disse o líder da ARENA, transformar sucatas através da lei. E nós queríamos também, nos solidarizando com a proposição do Deputado Líder Erondy Silvério, dizer mais ainda, que a Taxa Rodoviária

ria Única que se pretende impor à Nação é um absurdo, é uma agressão à consciência nacional e, além do mais, nós temos visto clamores no interior do município, ruralistas com as suas utilitárias, para o trabalho, exclusivamente, da lavoura, estarem sendo ameaçados também de pagar a taxa rodoviária de sete por cento, o que impossibilitará o uso desses utilitários.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o protesto, também o meu protesto contra as medidas governamentais abusivas, fica aqui nesta tribuna.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta manhã de sexta-feira, inicialmente para dizer de que Campo Mourão que ainda não tinha o jogo do bicho, está lá agora, em Campo Mourão, instalada também a corrupção que é o jogo do bicho, que impera no Estado do Paraná. Então, queria que ficasse registrado nos Anais desta Casa, que Campo Mourão também está com o vício do jogo do bicho, perpetuado dentro daquela cidade. E quer me parecer que deve ter a cobertura oficial, porque senão não poderia o jogo do bicho, campear como está campeando lá naquela cidade, conforme denúncias formalizada pelo jornal "Gazeta do Oeste", de Campo Mourão.

Mas queria, aqui desta tribuna, lavar o meu protesto contra a ditadura brasileira, que na madrugada de hoje, prendeu quatro elementos ligados ao CBA de Curitiba, ligados aos Diretórios Acadêmicos, da Cidade de Curitiba.

Prisões que vêm fazer com que a ditadura coloque as mangas de fora. Ditadura que apregoa aos quatro ventos de que estamos em tempo de abertura, abertura que quer dizer "apertura" a todos aqueles que clamam por liberdade, por justiça nesta Nação.

E aqui em Curitiba, nesta madrugada, quatro elementos, que estavam escrevendo em muros, pela libertação, pela anistia ampla geral e irrestrita, que o MDB prega em todos os parâmetros desta Nação, foram presos na madrugada de hoje.

Então, queria aqui lavar o meu protesto para que esta Casa registrasse de que mais uma vez a ditadura bota as mangas de fora e continua a imperar na Nação brasileira.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O homem que vem felicitando a Nação brasileira, ontem renunciou à sua renúncia; o homem que criou o depósito compulsório. O homem que autorizou e oficializou a agiotagem neste País, ontem renunciou ao Ministério e depois renunciou a renúncia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Ministro do Planejamento, chefe praticamente do Governo, viu e vai ouvir os comentários da sua demissão. Sr. Presidente, a Nação festejou o momento em que estava demitido o Ministro Mário Henrique Simonsen. E depois com tristeza a notícia chegou aos lares de todos os brasileiros, quando o Ministro disse que não havia renunciado, renunciando a sua própria renúncia.

Sr. Presidente, requeiro à Casa a transcrição de uma matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná" e peço também que seja enviado ao Sr. Presidente da República e ao Ministro renunciante da sua própria renúncia, a matéria: "Demissão é festejada". A notícia da demissão do Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen foi recebido com entusiasmo por boa parte da classe política paranaense. Antes mesmo de qualquer confirmação oficial que acabou

não vindo, vários Deputados se declararam satisfeitos com a possível mudança no primeiro escalão do Governo federal.

O Líder da ARENA, o Deputado Erondy Silvério, apressou-se a atribuir a Simonsen a maioria dos males que atingiram a economia brasileira nos últimos seis anos.

O pacote econômico, do qual ele foi um dos principais idealizadores, atingiu todos os setores, menos aqueles que deveriam ser revistos em primeiro lugar, que é o bancário. Também deve ser atribuído ao Ministro do Planejamento, a idéia infeliz de aumentar a Taxa Rodoviária Única. Hoje todos os segmentos sociais reconhecem o arrocho salarial em função de medidas que ele decidiu adotar, declarou o Líder da ARENA e o Líder do Governo nesta Casa. Para Erondy, a alteração, não pode revolucionar a economia nacional, mas só quando o Presidente Figueiredo tiver coragem para contrariar o interesse das multinacionais às quais terão a transformação devida e necessária. Além de Simonsen, precisa sair mais gente, declaração do Líder, o nobre Deputado Erondy Silvério.

Estado de espírito, Airton Cordeiro, também arenista, também considerou a notícia ótima, no mínimo para criar um estado de espírito para abrir possibilidades de mudança no Ministério, tornando-o mais político e menos burocrático. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade para rever os conceitos do planejamento econômico do País.

As greves que estão aí aflorando em muitas partes do Brasil, tem muito a ver com a política econômica, pela sua repercussão social, declarações do nobre Deputado Airton Cordeiro e segue declarações de vários emedebistas.

Portanto, Sr. Presidente, não é uma vontade apenas do partido da Oposição em criticar. O Líder da ARENA e do Governo nesta Casa, festejou ontem a demissão de Mário Henrique Simonsen, que infelizmente não se demitiu, mas nós, do partido da Oposição, nesta hora requeremos a esta augusta Assembléia para que registre nos Anais, para que a História registre e para que se envie ao Presidente da República um telex sobre a transcrição desta matéria, porque o Brasil é de todos os brasileiros e não é apenas dos banqueiros que se instalaram no poder, que estão usufruindo, que estão aviltando, que estão agiotando o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é hora de dizer um basta a essa ditadura econômica que se instalou no País, é hora de dizer um basta à agiotagem oficializada em que os próprios banqueiros estão governando os seus bancos e dando a eles toda a cobertura necessária para ganharem muito mais. Os dez por cento da classe privilegiada ganha muito mais, ganha entre aspás, do que noventa por cento dos trabalhadores e das classes brasileiras que estão oprimidas e sofridas.

Era isso, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

Antes, porém, solicitaria aos convidados, que se encontram na tribuna de honra, que se sentassem.

UM VISITANTE - Desejaríamos usar da palavra.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - (Questão de ordem) - Sr. Presidente, percebemos a maneira cavalheiresca com que Vossa Excelência está recebendo os visitantes.

Contudo, eles se encontram na tribuna de honra desta Casa e, mais ainda, que pretendem fazer uso da palavra. Solicitaria a Vossa Excelência que pedisse aos mesmos que se dirigissem às galerias.

O SR. DARCY DEITOS - (Pela ordem) - Sr. Presidente, os elementos que se encontram na tribuna de honra são convidados do MDB. Então, gostaria que os mesmos permanecessem lá. (palmas)

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - (Pela ordem) - Sr. Presidente, solicito, para o bom nome deste Poder, que

Vossa Excelência pedisse a retirada, da tribuna de honra, desses elementos, ainda porque, eles não se encontram devidamente trajados. (vaia)

Sr. Presidente, solicite à Segurança da Casa que os visitantes se retirem, ou eu mesmo os retiro.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Solicito aos visitantes que se dirijam às galerias.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Estão reabertos os trabalhos desta sessão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, dá para notar a olho nú, que não há condições de prosseguimento da sessão, por não ter "quorum", e requiro de Vossa Excelência chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Antes, porém, gostaria de fazer um esclarecimento a esta Casa. Conforme o artigo 119, § 4.º, os espectadores que perturbarem a sessão serão por determinação do Presidente, compelidos a sair imediatamente do edifício da Assembléia.

Esta Presidência lamenta, sinceramente o incidente havido nesta manhã. Agradece a intervenção dos Srs. Deputados que regimentalmente usaram da palavra e agradece a maneira educada e carinhosa com que os senhores que se encontravam na tribuna de honra, a nosso pedido compareceram para as galerias desta Assembléia. Nós agradecemos de maneira total o comportamento dos senhores e a intervenção dos Srs. Deputados.

Atendendo a questão de ordem do Deputado Gilberto Carvalho, solicito ao Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados) - (INTERROMPIDA A CHAMADA)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Vossa Excelência esqueceu de fazer soar a campainha e o Regimento prevê isso e gostaria que Vossa Excelência fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O Regimento não prevê, mas lhe agradeço a intervenção e faremos soar a campainha.

(TÍMPANOS)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados) (INTERROMPIDA A CHAMADA)

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está Vossa Excelência, com a palavra.

O SR. NILSO SGUAREZI — Impugno a chamada nominal Sr. Presidente, porque o Deputado que a requereu se retirou inexplicavelmente do plenário e não respondeu chamada, que ele próprio a requereu, num expediente altamente reprovável, Sr. Presidente, que esta Casa e Vossa Excelência que tem se conduzido imparcialmente, não pode admitir:

Um Deputado requerer a chamada nominal e ter o desplane de se afastar do plenário para tumultuar os trabalhos e denegrir este Parlamento. Não é possível, Sr. Presidente, que se represente uma farsa desta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O Sr. Deputado que fez a chamada está computada a sua presença.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente.

Na hora da chamada ele se retirou, nós estamos vendo verificação de "quorum", ele tem que estar presente, como fiscal, foi ele que tentou fiscalizar o Poder, e como que ele pode se retirar?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esclareço ao nobre Líder do MDB que sempre se conduziu nesta Casa com muita lisura, que o Deputado que a requereu, será compu-

tado de qualquer maneira a sua presença no plenário desta sessão.

(Continua a chamada: João Elísio...)

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Na realidade requeri a chamada nominal, enquanto procedia a chamada, saí para atender um companheiro que estava aqui na sala, estou de volta, não estou fugindo, simplesmente, vendo que não tinha número suficiente, é o motivo que pedi a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Continua a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - (Após a chamada nominal).

Havendo número suficiente, damos prosseguimento à presente sessão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, o motivo da nossa presença no dia de hoje, é exatamente para comentar aqui e dar o nosso apoio às palavras do Deputado Erondy Silvério, com respeito às medidas que o Ministério de Minas e Energia deseja tomar, com respeito à retirada de circulação de veículos com mais de dez anos.

Mas, não posso deixar escondido e voltarei em outra oportunidade sobre este assunto, de apenas deixar registrado aqui a satisfação que eu, pessoalmente, tive ontem quando soube da renúncia do Ministro do Planejamento. Porque acredito, poderá até ficar pior a situação. Mas acho que a melhor tentativa, no momento, na política econômica brasileira, é realmente mudar as diretrizes da nossa política.

Voltando ao assunto de veículos, se o povo brasileiro realmente não se manifestar, nós vamos acabar aceitando tudo, o que se tenta hoje impingir ao problema de energia, por tudo o que acontece neste País. Eu, particularmente, acho um absurdo muito grande, de querer tirar os carros com mais de dez anos de circulação.

Como muito bem disse o Líder de nossa bancada aqui, além de uma depreciação ano a ano dos veículos usados, nós ainda vamos tirar a oportunidade que é a maioria do povo brasileiro, de ter o seu veículo, a sua condução própria, de ter a sua oportunidade também, já que os fins de semana não se pode mais passear, mas pelo menos durante a semana, de visitar os parentes, de fazer um passeio ou mesmo de ir ao serviço.

Se isto for aprovado, nós teremos somente uma classe privilegiada, aquela que poderá adquirir veículos novos, a andar motorizado neste País.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — E, por outro lado, a gente sente que as medidas que são sugeridas hoje, a se economizar petróleo, parte exatamente de determinadas áreas que gastam petróleo em abundância. É o caso, por exemplo, destes agora que querem tirar os veículos de circulação e que andam, exatamente, com os maiores carros fabricados no Brasil, com motoristas particulares, que não se dão nem ao luxo de dirigir seus próprios veículos, porque têm motoristas para isto, querem tirar esta prerrogativa de milhares de brasileiros.

Se querem tirar, se acham que os carros antigos ou carros possantes, realmente gastam combustível, então que se fixe normas neste País: — nenhuma fábrica de automóvel, daqui para a frente, não deverá fabricar nenhum veículo, que não faça mais de nove a dez quilômetros, por litro de gasolina. Que se proíba a FORD de fabricar os galaxies, de fabricar outros carros pesados, Maverick, etc. Que se proíba a Chevrolet de fabricar os carros: opala, seis cilindros, caravan e outros carros. Mas não pegar uma faixa da população brasileira, como reponsável, pelas

despesas e pelo gasto de combustível, de petróleo e de gasolina neste País. Este o nosso ponto de vista. E por outro lado, não serão somente os carros de 1.969, que serão tirados de circulação; no ano que vem, serão os carros de 1.970, no outro ano, de 1.971. O que vai se fazer com todos estes veículos, como muito bem foi dito aqui, através de decreto, transformar em sucata? Então, fica o nosso registro, a nossa repulsa, e que se clareia a mentalidade daqueles que estão pregando por estas medidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — (Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A alegria realmente durou pouco.

Por algumas horas, ontem a Nação respirou aliviada, acreditando que a incompetência que reina no Ministério do Planejamento estava arrumando as malas para dar lugar à esperança.

Porém, tudo não passou de um balão de ensaio, pois no final da tarde, o Ministro Mário Henrique Simonsen desmentia os boatos de sua renúncia, para tristeza do povo brasileiro.

Interessante é que tão logo seu afastamento foi anunciado, parlamentares de todo o Brasil, de ambos os partidos, não pouparam críticas, manifestando suas posições contrárias ao trabalho do Ministro, entendendo que sua saída era muito oportuna, pois sua imagem está desgastada junto ao povo, como um lbope abaixo do zero, além de nada contar em termos de um trabalho eficiente e produtivo.

Seus vícios anteriores estão sendo mantidos no atual Governo, sem nenhuma inspiração popular, deixando de apresentar qualquer esperança, pois já deu profundos desencantos à Nação, sem conseguir conter a inflação ou sequer diminuí-la. Quem não se lembra da fracassada idéia de se implantar a chamada "Simoneta", visando a economia de combustível? Foi nada mais do que uma idéia tecnocrata, sem responsabilidades populares, com fórmulas geradas em gabinetes luxuosos e palácianos.

Na realidade a história do time de futebol se repete: o técnico, Ministro-Chefe da Casa Civil, General Goubery do Couto e Silva, anuncia que o "capitão" está prestigiado. Trata-se de Simonsen, que joga atualmente na retranca, procurando esconder o jogo, sem nenhum apoio da torcida brasileira. Enquanto isso os demais Ministros preferem se mandar para o ataque, mostrando suas formas de jogo e, quem sabe, desbancarem o técnico e o "capitão" do quadro, casos específicos de Delfin Netto e Mário Andreazza, escalados no time pelo ex-Presidente Médici.

Eles formam o meio de campo, porém jogam na base do cada um por si, tentando uma valorização pessoal, pois o prestígio conta ponto quando se fala em eleições diretas para 1.982. Andreazza tenta o sucesso com o seu monumentalismo, pois a glória significa poder para influir na sucessão de Figueiredo, enquanto Delfin, que tentou ser Governador de São Paulo e Ministro da Fazenda, mas não deixaram, sonha em garantir um lugar para se perpetuar junto ao Governo federal. O Ministro Rischbieter joga na ponta direita, sem tomar posições definidas junto a ninguém, pois tem a responsabilidade de derrotar a inflação, sem contar que suas pretensões políticas vislumbram o Governo do Paraná ou pelo menos o Governo de Santa Catarina.

O Ministro do Trabalho atua pela ponta-esquerda, pensando em sair para o Estado de São Paulo, onde o Governo Estadual é o seu sonho. No comando do ataque está aparecendo com jogadas bem pessoais o Ministro César Cals, procurando "bolar" novidades e ganhar nome para se consagrar principalmente junto ao povo do Ceará, onde também sonha com o Governo.

Estes são os que estão mais em evidência, embora ninguém jogue para o conjunto, pois estão perdidos em campo, já que o "capitão" Simonsen está com dois cartões amarelos vem jogando preocupado, deixando os demais sem planejamento, gerando idéias incríveis, como fechamento de postos de gasolina aos sábados, proibição da renovação de emplacamento a veículos com mais de dez anos de uso. Um verdadeiro porão onde acontecem coisas discutíveis, imprevisíveis e absurdas.

Estava certo o Senador Luiz Cavalcanti (ARENA AL) que garantiu uma taxa de inflação de cinquenta e nove por cento ao final do primeiro ano do Governo Figueiredo, afirmando ainda que se as coisas continuarem no mesmo ritmo o atual Presidente concluirá seu Governo com uma inflação de hum mil, quinhentos e dez por cento.

Simonsen continua com seu objetivo de conter a alta dos preços, embora os aumentos sejam uma constante na vida dos brasileiros, tentando se impor como uma espécie de Ministro da Economia. Porém, seu poder está ameaçado, pois controla todos os meios para reduzir a inflação e, se não vem conseguindo é por incompetência mesmo."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do MDB se deseja fazer uso da palavra.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, com relação ao problema da retirada dos automóveis depois de dez anos de uso.

Acredito que o Governo brasileiro busca dar mais um título ao Brasil: "Campeão Mundial do Ferro Velho"!

Acredito que conseguirá com isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente, não pretendo reprisar, ou tumultuar os trabalhos da Casa. Mas, é necessário se fazer uma reparação aqui, até para o bom nome deste Poder.

Os estudantes que aqui compareceram, no legítimo usufruto de seus direitos políticos, foram taxados de agitadores.

Sr. Presidente, é necessário que os Anais desta Casa registrem que a Comissão que assim foi taxada é a representação legítima e autêntica das seguintes entidades:

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná;

Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de Curitiba;

Movimento de Organização Independente dos Professores do Paraná;

Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da Universidade Estadual do Paraná;

Diretório Acadêmico Ciências da Saúde;

Comitê Independente da Anistia;

Comitê Brasileiro da Anistia;

Diretório Acadêmico Anísio Teixeira;

Centro de Estudos de Filosofia;

Centro Acadêmico Hugo Simas;

Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais;

União Paranaense de Estudantes Secundários;

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde;

Movimento Universidade Necessária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Comissão aqui vem solicitar, deste Poder, que interfira junto às autoridades deste Estado para cobrar a liberdade de quatro estudantes que, nesta madrugada, foram presos por autoridades policiais, deste Estado: José Roberto Vasconcelos Gaudino, da Faculdade de Estatística, Tooro Watarim, Presidente do Diretório das Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Paraná, Sidney José Dadona, da Faculdade de Medicina e Mirian Fulcoda, da Engenharia Química".

Estas pessoas, estes estudantes estavam, Senhor Presidente, empenhados e mobilizados como estão os que aqui compa-

recem, divulgando a necessidade de se instaurar neste País uma anistia ampla, total e irrestrita, movimento legal...

O Sr. Quielse Crisóstomo - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI - Concederei brevemente. Movimento legal, movimento legítimo, movimento necessário, tão necessário, Sr. Presidente, que até o próprio Governo, está propondo, no Congresso Nacional, a anistia para a nossa Pátria.

O que existe, Sr. Presidente, é uma diferenciação de entendimento. Enquanto o Governo propõe uma anistia restrita, imparcial, os brasileiros, Sr. Presidente, legitimamente representados pelo que há de mais idealista, de mais puro, de mais são nesta Nação, que é a nossa juventude, que são os nossos estudantes, não comprometidos com qualquer processo aleatório e ideológico, mas pensando apenas no futuro que querem que esta Nação tenha, reivindicam, lutam por uma anistia ampla total e irrestrita e nesta época, Sr. Presidente, parece-me pertinente até o protesto que pretendem, no seu idealismo, fazer, porque não é possível, enquanto todos falam em abertura, enquanto todos falam em redemocratização, enquanto o próprio Governo envia a anistia para o Congresso Nacional, que a autoridade ilegalmente detenha aqueles que, não tendo as tribunas e as televisões do Governo, mas tendo apenas os murais do povo e da rua, tendo apenas o seu idealismo nas mãos, perfilham as cidades brasileiras, todas as ruas do nosso País, os seus diretórios acadêmicos, os seus clubes de serviços, as associações de bairros, para pregar ao povo brasileiro o que representa a anistia ampla, total e irrestrita.

Por isso, Sr. Presidente, se esta Casa quer se considerar legítima, se esta Casa anseia realmente representar o poder popular, que é o mais legítimo, porque nasce do povo, não poderá ficar omissa e calar a sua voz, mas sim, dar repercussão a este reclamo justo, que é pedir a liberdade daqueles irmãos brasileiros que, por lutarem com idealismo, hoje estão presos não se sabe aonde, Sr. Presidente.

Por isso faço um apelo aos membros deste Poder, para que não consideremos e acreditemos, a infelicidade daqueles que, entendendo bem, às vezes, nas suas posições, taxaram tais pessoas de agitadores.

Devo dizer, Sr. Presidente...

O Sr. Quielse Crisóstomo - Vossa Excelência me concede o aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI - O agitador não transige e o exemplo dado por essas pessoas ao se retirarem desta tribuna e ocuparem e como o fazem, em silêncio, dentro do Regimento Interno, assistindo a esta sessão, neste silêncio, Sr. Presidente, está o protesto do povo que não pode clamar, do povo que não pode reivindicar, do povo que não pode ter liberdade, neste silêncio, Sr. Presidente, que se expunjam das notas taquigráficas a palavra "agitador", porque ela não condiz com aqueles que, em lutando idealisticamente, chegam até a enfrentar os poderosos, os prepotentes.

Sr. Presidente, é necessário que esta palavra seja expungida dos Anais desta Casa, para que esta Casa não perca a sua legitimidade de realmente representar o poder popular.

Agradeço, Sr. Presidente, e peço a todos...

O Sr. Quielse Crisóstomo - Vossa Excelência me concede o aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI - Forneço.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Muito obrigado. Em primeiro lugar e para me solidarizar com todos os oradores que subiram à tribuna, que se referiram à medida anunciada, da retirada dos carros com mais de dez anos de circulação. Não só com Vossa Excelência, mas com todos os oradores. Aproveito a oportunidade por ser Vossa Excelência o primeiro orador. E também dizer mais, de que se alguém pretende tirar veículos

com mais de dez anos de circulação, ou deve ser sócio de algum ferro velho, ou deve ser sócio de uma multinacional. Porque jamais retirou-se de circulação os carros com mais de dez anos, aqueles que muitas vezes são usados uma vez por semana e nas emergências, buscando médico, levando um doente para o hospital. Aqueles que realmente têm um carro de baixo custo e de idade maior do que dez anos porque não podem ter um mais novo. E têm desse tipo porque necessitam porque, evidentemente, não são veículos comercialmente de boa utilização.

Quero também me solidarizar com os oradores, com relação a anunciada saída do ministro do Planejamento, a quem também atribuo grande parte do insucesso da administração no período da sua gestão no Ministério, no anterior Ministério e no atual Ministério do Planejamento.

O SR. NILSO SGUAREZI - Nobre Deputado, o espaço de quinze minutos acho que está vencendo e peço a Vossa Excelência que seja breve.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Muito obrigado. Mas usei do seu horário, nobre Deputado, para dizer que realmente os rapazes que adentraram neste Poder não devem ser agitadores e o erro do comportamento deles, deve-se àquele Parlamentar que por ventura os tenham convidados a vir aqui e esqueceu de esclarecer o devido comportamento deles dentro do Poder. Não a eles a culpa, e sim ao Parlamentar.

Imagine Vossa Excelência se todos os dias um de nós convidasse um grupo de amigos, ou de estudantes ou de professores para vir a este Poder e esquecer de dizer por onde deve entrar e como deve se comportar.

Quero apenas dizer do comportamento e não das pessoas que entraram aqui e que deram uma demonstração realmente de alta educação e de falta de orientação. Quando orientados se comportaram dentro do Regimento da Casa, demonstrando que a culpa realmente não era deles e sim de quem os convidou.

Porque na entrada aqui houve estudantes ou professores que saltaram a muralha, Sr. Deputado, da tribuna de honra deste Poder, como se estivessem saltando a mureta de um curral. Jamais fariam se tivessem recebido orientação antes.

Realmente, Sr. Presidente, peço que retire das notas taquigráficas. Não devem ser "agitadores". E agradeço o comportamento deles se retirando da Casa e quero, mais uma vez, lembrar aos nobres Pares do MDB que estas cenas não se repetam do MDB e da ARENA. Porque um erro desta envergadura é de grande repercussão negativa para este Poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sr. Deputado da tribuna, muito obrigado aos visitantes que mal orientados causaram tumulto nesta Casa.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, concluirei, respondendo o aparte do eminente Deputado Quielse Crisóstomo e para não polemizar só devo dizer o seguinte: Que uma pessoa quando convidada em nossa Casa, mesmo que ela se porte de maneira inconveniente não cabe a nós, ao chefe da casa, chamá-lo de "agitador".

Por isso, Sr. Presidente, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, como está sendo feito no Congresso Nacional através do nosso Presidente Regional, cobro aqui e agora do Governo do Estado do Paraná para a opinião pública deste Estado e para todas as entidades a liberdade imediata destas pessoas e a explicação à opinião pública do porquê da detenção ilegal ou da prisão ilegal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Solicito ao Departamento Taquigráfico que retire das notas, as palavras que porventura vieram ferir os Senhores que nos assistem, as palavras dos Deputados Quielse e Nilso Sguarezi.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - (Pela ordem) - Sr. Presiden-

te, eu pedi a palavra pela ordem, para que conste que foi por solicitação minha.

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) Será computado.

No horário reservado à Liderança da Arena, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

"Nesta oportunidade em que o País vive momentos difíceis na sua economia, trazendo consequências para seu desenvolvimento, nós, Deputados, temos que procurar compreender o que está ocorrendo, e, dentro de uma visão crítica, procurar contribuir na solução desses mesmos problemas.

Assim, como representantes de uma vasta região agrícola, não poderia me furtar a oportunidade de trazer minha contribuição para o setor que efetivamente represento. Como consequência, vejo-me na obrigação de comentar os reflexos do corte de óleo diesel e combustível para minha região e também para o próprio Estado, dadas as consequências provenientes dessa medida.

Srs., o Paraná possui atualmente 9,5 milhões de habitantes, sendo que 5,8 milhões vivem no meio rural.

O Paraná, na safra 78/79, foi o primeiro produtor brasileiro de soja (4.000.000 t); batata (680.000 t); algodão (. 500.000 t); feijão (500.000 t); milho (4.340.000 t); rami, menta, suínos e o segundo maior produtor de trigo (1.072.000 t); mamona, etc.

As perspectivas da safra de trigo nos indicam uma produção superior a 1.600.000 toneladas na presente safra que iniciou sua colheita, bem como ampliação da área de plantio de culturas da mesa dos brasileiros (feijão, arroz, milho, mandioca, batata, etc).

O Brasil consome diariamente 1.100 barris de petróleo, e no entanto, o Paraná consome somente 7 por cento desse total, ou seja, 77 mil barris diariamente.

Observem entretanto, que desse consumo, temos gasolina, óleo diesel, óleo combustível, GLP, sendo que a gasolina (32 por cento) do barril de petróleo, é utilizada mais intensamente nas grandes cidades, assim como o GLP.

O maior volume de óleo diesel é destinado para transportes (agrícola, manufaturados, equipamentos, etc).

Assim, verifica-se que muito pouco é utilizado para os tratores, colheitadeiras e secagem de cereais (700 secadores a fuloil e óleo diesel no Paraná).

Mas, observem que o Paraná, responsável por 25 por cento da produção de grãos desse País; 8 por cento das exportações brasileiras (1978), que foi um ano atípico para o Estado, é responsável por somente 7 por cento das importações de petróleo.

Ora, como pode o setor agrícola ser o mais duramente atingido pela falta de óleo diesel para o transporte da nossa safra? Ou mesmo pela falta de fuloil para a secagem de grãos?

Há necessidade URGENTE do CNP, revisar imediatamente a liberação de cotas para o setor agrícola. Não podemos aceitar a liberação dessas cotas analisadas individualmente, pois, produto colhido com 18 por cento de umidade, leva 48 horas para iniciar a sua deteriorização.

O plantio depende de intervalos, por vezes inferior a uma semana, não podendo ficar esperando a liberação de sua cota, por semanas.

Pior ainda, foi a medida que a liberação de cotas deveria ser correspondente ao último semestre de 78, ano atípico para o Paraná e sua agricultura.

Essa suspensão drástica, trouxe irregularidade ao setor agrícola brasileiro. Mas, nós Deputados, não podemos permitir nem calar-nos diante do perigo que corremos de termos uma safra abundante, e ser perdida por falta de óleo para secagem do trigo ou ao seu transporte. Não podemos admitir que a área destinada ao plantio de culturas que trazem retornos econômicos e divisas para o Paraná, não sejam lançadas ao solo.

Há necessidade que todas as forças vivas da agricultura se levantem contra a insensibilidade do CNP, para que não tenhamos sérios problemas aos nossos agricultores que, descapitalizados, precisam plantar para pagarem suas dívidas.

Todos do setor agrícola estão sensibilizados para a necessidade de economizar combustível, e estão procurando as alternativas existentes, mas essas adequações dependem de linhas de incentivos e definições claras, para evitar-se maiores prejuízos ao nosso meio rural.

Sugiro ao CNP que:

1) -- Sejam definidas as alternativas viáveis técnica e economicamente para a agricultura;

2) -- Que seja definida a política de atendimento ao setor primário, sem que fiquemos na dependência de liberação de cotas, analisadas caso a caso;

3) -- Que o CNP libere recursos para: adaptação de secadores, florestamento e reflorestamento, pelo qual os agricultores prontificar-se-ão em contribuir no seu incremento;

4) -- Que seja aberto um escritório de representação do CNP em Curitiba - Paraná, para que sejamos atendidos imediatamente em nossos pleitos."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Carvalho -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Túlio Zanchet, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, a preocupação que tem pela agricultura paranaense, embora o Ministro da Agricultura, tenha feito pronunciamento nesta semana, aqui em Curitiba, de que já está sendo liberada cota extra para o Paraná, a fim de que a nossa agricultura não seja prejudicada.

Mas, é bastante oportuno o seu pronunciamento, porque nunca é demais lembrar e é preocupação de todos os nossos agricultores paranaenses.

Quando se propala uma mudança no Ministério, que ontem foi bastante divulgada, muita gente ficou contente, e para tristeza nossa, não veio o pedido de demissão do Ministro do Planejamento, que tem preocupado a muitos brasileiros.

Ontem, quando dava uma entrevista dizendo que foi pedido em boa hora, alguém dizia que "quando a cobra está morta, todos pisam na cabeça". Não morreu, mas estamos todos preocupados, e é preciso que se fale para que o Ministro sinta o descontentamento de muitos brasileiros.

Cumprimento Vossa Excelência, e tenho certeza que o CNP, através de pedidos do Ministério da Agricultura, e o Sr. Presidente da República, que já sentiu a necessidade de evitar a falta de combustível na agricultura, e se liberar, para o Paraná, a cota necessária.

O SR. TÚLIO ZANCHET -- Agradeço imensamente o aparte do nobre Deputado Gilberto Carvalho, e quero dizer-lhe que a preocupação que Vossa Excelência tem, eu creio que têm todos os demais Deputados, todos representantes em todas as Assembleias e Câmara Federal em nosso País.

Triste seria, nobre Deputado, nós termos que ter o PROAGRO com safra frustrada, por falta de óleo para sua colheita. Mas acreditamos que as medidas preconizadas, sejam efetivamente postas em prática, e não tenhamos este problema nos próximos dias.

O Sr. Nestor Baptista -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Também, nobre Deputado, para me solidarizar com o seu pronunciamento, porque alguma coisa está mudando neste País. Os homens da Arena já se manifestaram contrários às medidas de incapacidade que vêm norteando este Governo. E isso é muito bom.

E aproveitando, fazendo eco inclusive às palavras de nossa liderança, convidar a todos os Deputados desta Casa, com a sua permissão, para o ato público do "Comitê de Anistia", hoje, às 17:30, na Avenida Luiz Xavier, em repúdio às prisões realizadas na madrugada de hoje.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Agradeço também o aparte do nobre Deputado.

E quero dizer-lhes que a sensibilidade que afeta aos Deputados da Oposição, também afeta os da Situação. E nós aceitamos toda a colaboração, desde que os seus propósitos sejam sinceros e queiram realmente uma solução para o nosso povo, o nosso País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Ainda no horário da Liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno. Tem cinco minutos, Sr. Deputado.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pude, durante 10 anos, convivendo permanentemente com a comunidade de Cascavel, ter a satisfação de observar, de acompanhar, com entusiasmo, com fascínio até, o grande desenvolvimento daquela comunidade, daquela Região do Oeste, em todos os setores de atividade humana.

Estamos, por força dessa circunstância e também por representarmos neste Poder aquela região, atentos a todos os acontecimentos da vida daquela comunidade, no campo social, no campo econômico, no campo científico, no campo jurídico, inclusive, em que pese sermos leigos no assunto.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que registro nesta oportunidade, a exemplo de outros registros que fizemos aqui e em outros locais, quando de jornadas médicas no Município de Cascavel; agora queremos registrar a jornada jurídica no Oeste do Paraná.

Em boa hora, liderada pelo Presidente da Ordem dos Advogados de Cascavel, meu prezado e particular amigo, Dr. Ery Ceribrandi, que leva para esta jornada jurídica do Oeste, a começar amanhã, e que se estenderá até o dia 17 deste mês, grandes personalidades jurídicas do Paraná e do Brasil, num intercâmbio cultural e jurídico e democrático, que muito haverá de enriquecer os conhecimentos, a cultura daquela região de Cascavel e do Oeste do Paraná. E gostaria, a propósito, Sr. Presidente, neste curto tempo que me resta, de fazer menção, só para ilustrar este despretencioso pronunciamento, a alguns renomados juristas que estarão lá, a partir de amanhã, neste seminário:

Desembargador Luiz Renato Pedroso, do Tribunal de Justiça, e Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná; José Paulo Bisol, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Professor da Universidade de Caxias do Sul; Dagoberto Libertado Kantizano, Professor de Direito Tributário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Ney Fayet, Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da UNESINUS; Carlos Alberto de Godoy Ilha, Vice-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis; e Paulo Brossard de Souza, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também quero registrar os temas que serão abordados:

Reforma do Poder Judiciário e Lei Orgânica da Magistratura; Novo Conceito de Norma Jurídica; Contribuição de Melhoria; Taxa Asfáltica; IPTU; Taxa de Conservação de Estradas; O Arbítrio Judicial na Sentença Criminal, A Justiça do Trabalho e o Processo Trabalhista, e a Anistia.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 164/77, que declara

de utilidade pública o "Centro Comunitário de Nova Fátima — CECOM", com sede e foro na cidade de Nova Fátima. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 164/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE NOVA FÁTIMA — CECOM", com sede e foro na cidade de Nova Fátima.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 103/78, que declara de utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão Claro", com sede e foro na comarca de Ribeirão Claro. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 103/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede na cidade de Ribeirão Claro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 130/79, que denomina "Deputado Miguel Buffara", a rodovia que liga o trevo da BR-277, Município de Morretes, passando por Antonina à cidade de Guaraqueçaba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 130/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada DEPUTADO MIGUEL BUFFARA, a rodovia que liga o trevo da BR-277, no Município de Morretes, passando por Antonina à cidade de Guaraqueçaba, Município de igual nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 39/79, que declara de utilidade pública o "Centro de Tradições Gaúchas História de Boiadeiro", da Lapa - Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 39/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS "HISTÓRIA DE BOIADEIRO", com sede e foro na cidade da Lapa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 52/79, que declara de utilidade pública o "Orfanato Evangélico Luz de Verdade", com sede e foro na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 52/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o ORFANATO EVANGÉLICO LUZ DE VERDADE, com sede e foro na cidade de Palmeira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 68/79, que declara de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo de Apucarana", com sede e foro na cidade de Apucarana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 68/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE APUCARANA, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 74/79, que denomina "Rodovia Deputado Olívio Belich", a Estrada Estadual PR-427, trecho BR-277 à sede de Porto Amazonas. — **Aprovado**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 74/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada "RODOVIA DEPUTADO OLÍVIO BELICH", a estrada PR-427, trecho BR-277 à sede do Município de Porto Amazonas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 53/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 64/79, que aprova termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Mandaguaçu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquela comuna. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 22 de fevereiro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Mandaguaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 52/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 60/79, que aprova Convênio n.º 211/78, de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Sengés, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 211/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 09 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e o Município de SENGÉS, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, na melhoria do setor dos Transportes Urbanos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 58/79, que aprova termos aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Planejamento e Municípios nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria de Estado do Planejamento e os seguintes Municípios: Andirá, Boa Esperança, Cafeara, Campina da Lagoa, Carlópolis, Castro, Engenheiro Beltrão, Floraí, Goioerê, Grandes Rios, Inajá, Iporã, Iretama, Ivaiporã, Jaguariaíva, Loanda, Mandaguaçu, Mariluz, Moreira Salles, Ortigueira, Paraíso do Norte, Quinta do Sol, Paranacity, Pérola, Piraí do Sul, Porto Rico, Quatiguá, Querência do Norte, Reserva, Ribeirão Claro, São Carlos do Ivaí, Santo Inácio e Tapira, em 29/12/78; Ourizona em 14/02/79; Lapa, em 19/02/79; Lupionópolis, em 08/03/79; Centenário do Sul, Doutor Camargo e Pinhalão, em 12/03/79; Maria Helena e Tibagi, em 13/03/79; Adrianópolis, Alto Paraná, Alvorada do Sul, Amaporã, Atalaia, Bandeirantes, Bituruna, Bom Sucesso, Califórnia, Cambará, Cambira, Congonhinhas, Cruz Machado, Diamante do Norte, Fênix, Flórida, Francisco Alves, Guaporema, Ibaiti, Imbituva, Jandaia do Sul, Janiópolis, Jardim Alegre, Joaquim Távora, Kaloré, Mariaiva, Marilândia do Sul, Marilena, Morumbi, Mirador, Mirassol, Morretes, Palmeira, Paranaipoema, Paula Freitas, Peabiru, Presidente Castelo Branco, Quitandinha, Rio Bom, Rondon, Sabáudia, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santa Mariana, São João do Ivaí, São João do Triunfo, São José da Boa Vista, São Pedro do Ivaí, São Tomé, Siqueira Campos, Tamboara, Tapejara, Teixeira Soares e Tomazina, em 14/03/79, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser liberada verba de convênio PROSAFRA firmado com o Município de Corbélia. — **Aprovado.**

O SR. AUGUSTO CARNEIRO -- Sr. Presidente, usando da faculdade regimental, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

8 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO -- dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 59, 60, 61 e 62/79.

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 24/79

1ª DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 66, 69, 71 e 76/79.
Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA -- 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Augusto Carneiro, apresentou redação final aos seguintes processos: Projetos de Lei n.ºs 164/77, 103/78, 130/78, 39/79, 52/79, 68/79 e 74/79, bem como os Projetos de Resolução de números 51, 52 e 53/79, os quais foram aprovados sem restrições. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO -- Presidente

Lélío G. Sotto Maior -- Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9ª LEGISLATURA -- 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, e presentes os Srs. Deputados: Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, João Elísio, José Tavares, Paulo Camargo, Waldyr Pugliesi, e Egon Pudell, como Suplente da bancada da Arena, bem como o Sr. Assessor, Dr. Luiz Fernando Carneiro e demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constou da Hora do Expediente, sugestão do Sr. Presidente, no sentido de que seja realizada uma reunião extraordinária amanhã, a fim de apreciar a Mensagem 72/79, que dispõe sobre o aproveitamento dos Professores Suplementaristas do Estado. Em discussão, foi aprovada a sua gestão do Sr. Deputado Airton Cordeiro, que esta Comissão se reúna nos primeiros dias do mês de agosto, a fim de apreciar a matéria, a qual já pode ser estudada neste período de recesso

parlamentar. O Sr. Presidente solicita que sejam distribuídas fotocópias da Mensagem número 72/79, aos Srs. Deputados Membros da Comissão. A seguir, passou-se à ORDEM DO DIA: 1) PROJETO DE LEI N.º 130/89, do Deputado Gabriel Manoel. Relator, Deputado Paulo Camargo, Parecer Favorável.

Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 158/77, do Deputado Antônio Facci. Relator, Deputado Luiz Alberto Oliveira, Deferida vista ao Deputado Ezequias Losso. 3) PROJETO DE LEI N.º 113/78, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer Favorável. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 149/78, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 46/79, do Poder Executivo. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Voto contrário em separado do Deputado Waldyr Pugliesi. Em discussão e votação, Aprovado o parecer Favorável. Votos vencidos dos Deputados Fidelcino Tolentino, José Tavares e Waldyr Pugliesi. 6) PROJETO DE LEI N.º 56/79, do Deputado Basílio Zanusso. Relator, Deputado José Tavares. Parecer Favorável. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI N.º 64/79, do Deputado Adalberto Daros. Relator, Deputado José Tavares. Parecer Favorável. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI N.º 77/79, do Deputado Renato Bernardi. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N.º 79/79, do Poder Executivo. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Rejeitado. Devolvido. 10) PROJETO DE LEI N.º 80/79, do Deputado Antônio Facci. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino, Deferida vista ao Deputado Paulo Camargo. 11) PROJETO DE LEI N.º 85/79, do Deputado Tércio Albuquerque. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 12) PROJETO DE LEI N.º 86/79, do Deputado Tércio Albuquerque. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 13) PROJETO DE LEI N.º 88/79, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 14) PROJETO DE LEI N.º 92/79, do Deputado Airton Cordeiro. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 15) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/79, da Comissão de Tomada de Contas. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer Favorável. Aprovado. 16) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/79, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. 17) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65/79, do Deputado Egon Pudell. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. 18) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66/79, do Deputado Egon Pudell. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. 19) PROPOSIÇÃO N.º 53/79, do Poder Executivo. Relator Deputado José Tavares. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 20) PROPOSIÇÃO N.º 63/79, do Poder Executivo. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 21) PROPOSIÇÃO N.º 68/79, do Poder Executivo. Relator Deputado José Tavares. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 22) PROPOSIÇÃO N.º 81/79, do Poder Executivo. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável, com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião ordinária para a primeira quarta-feira do mês de agosto. Lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão

(aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente

Rita Soares Bertoli -- Secretária